



Editorial – Edição 36 – Abril de 2022

O setor energético mundial vem sendo fortemente impactado pelos recentes acontecimentos globais, notadamente o conflito entre países da Europa, que trouxe turbulência em diversos setores da economia e que, consequentemente, tem causado dificuldades socioeconômicas em diversos países. No entanto, a situação adversa que hoje vivemos poderia ter sido amenizada significativamente, não fosse o descaso de líderes mundiais, em especial os líderes europeus, quanto a estratégias de segurança energética. A diversificação de recursos, neste caso específico, das fontes de energia, é uma estratégia que sabidamente provê segurança, uma vez que, com uma matriz equilibrada, a escassez de suprimento de uma fonte de energia, ou até mesmo sua completa retirada, é facilmente compensada pelas demais. Usando o jargão econômico, fazer “*hedge*” é muito importante.

A diversificação também tem um papel importante na sustentabilidade ambiental. O recente relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC – *Intergovernmental Panel on Climate Change*) mostra que a emissão de gases de efeito estufa continua aumentando, o que demanda ações emergenciais e urgentes em contexto mundial, sob a liderança dos países que mais consomem energia. Portanto, em anos recentes, não obstante os alertas de diversos organismos internacionais, os líderes mundiais não fizeram o suficiente sequer para neutralizar a progressão de deterioração do meio ambiente. Todos sabemos que não existe uma forma completamente neutra de se gerar energia com segurança, mas é evidente a necessidade de ampliar os esforços na diversificação da matriz energética mundial, privilegiando as fontes que tenham menor impacto negativo ao meio ambiente.

É perceptível hoje no Brasil a falta de estratégia governamental no setor energético. Temos assistido com grande preocupação as tentativas de ingerência política em empresas estatais, especialmente na área de petróleo, devido às turbulências ocasionadas pelo conflito na Europa. A situação atual evidencia a carência de políticas de segurança energética, dentre outras relacionadas ao adequado suprimento de energia aos setores industriais no país. Infelizmente, o caminho natural dos líderes governamentais é o da interferência política em detrimento da elaboração de políticas que venham a mitigar os efeitos de crises mundiais.

O Brasil, até há pouco uma liderança respeitada em questões de geração de energia utilizando fontes adequadas, hoje está à margem do processo de modernização das matrizes energéticas. A estratégia geopolítica do país para a composição de uma matriz energética mais limpa e econômica, embora pudesse ser alvo de críticas pontuais, era percebida mundialmente como algo a ser reconhecido. Podem-se citar questões óbvias, tais como o uso predominante de energia de fontes hídricas, de fontes eólicas, ambas com Custo Marginal de Operação (CMO) igual a zero, extensa interligação entre os subsistemas elétricos e respeito a questões ambientais. Entre as objeções pontuais, pode-se citar o descolamento entre a produção física dos geradores e sua receita. Esses aspectos, que viabilizam economicamente uma indústria, não podem ser abordados por modelos anacrônicos.

Em tempos de crise, é tantalizador retirar os recursos das iniciativas voltadas à evolução da sociedade, aquelas que agregam valor futuro para a nação, já que seus resultados não são visíveis para o público geral no curto prazo. Foi exatamente este o caso do Programa de P&D da ANEEL, agência reguladora de energia elétrica, cujos recursos que ainda não haviam sido investidos foram redirecionados para as questões urgentes ocasionadas pela pandemia. É natural que recursos sejam redirecionados quando há uma forte contingência, mas o mapa estabelecido pelas instâncias governamentais quanto à contribuição de cada setor da economia fala por si. Se o país deseja se destacar tecnologicamente e promover a evolução da sociedade, provendo cada vez maior qualidade de vida, não pode se dar ao luxo de retirar os recursos quase que exclusivamente das ações voltadas ao futuro. Isso demonstra carência de políticas públicas e estratégias de segurança em todos os setores, inclusive o energético.

As estratégias relacionadas ao setor energético do país deveriam não apenas garantir a continuidade das iniciativas que trazem valor no médio e no longo prazo, mas também elaborar estratégias de diversificação energética que garantam segurança para a sociedade, amenizando efeitos de crise e protegendo tanto o setor industrial quanto a sociedade de turbulências econômicas e oscilações comerciais ocasionadas por contingências de recursos. Se as estratégias de diversificação energética são insuficientes e os investimentos em inovação



tecnológica são redirecionados a ponto de interromper iniciativas em andamento, a postura que o país demonstra ter não é a de pensar em seu próprio futuro, mas sim de se conformar com sua situação desprivilegiada ante as nações mais desenvolvidas, perpetuando seu estigma de possuir recursos para evoluir e, melancolicamente, não conseguir decolar.

A edição de número 36 da Espaço Energia apresenta apenas dois artigos, devido ao rigor do processo de avaliação dos artigos submetidos ao periódico. O primeiro aborda os impactos das baterias de fluxo em linhas de transmissão, com o objetivo de analisar a possibilidade de contornar problemas de congestionamento. O trabalho conclui que o remanejamento da energia armazenada das baterias pode redistribuir os fluxos pelas linhas de transmissão, permitir que a capacidade de geração hidráulica seja mais bem aproveitada e, assim, evitar despacho de geração térmica. O segundo artigo avalia o potencial de geração de energia a partir de biogás derivado de resíduos sólidos urbanos, com base em experimentos realizados em um aterro sanitário no sul do país. No caso específico, chegou-se à conclusão de que o aproveitamento do biogás como energia atenderia a demanda de aproximadamente quatro mil residências e evitaria a emissão de mais de duas mil toneladas de dióxido de carbono equivalente no período de quarenta anos, o que evidencia o potencial de instalações desse tipo no país.

Por fim, o corpo de editores da Espaço Energia gostaria de agradecer a todos os envolvidos na publicação desta edição, a começar pelos autores e por seu interesse em divulgar aqui seus resultados, pelo irrepreensível trabalho dos avaliadores do corpo editorial, por todos os colaboradores, responsáveis por atividades nos “bastidores” e, por fim, pelo constante interesse dos assíduos leitores. Desejamos a todos uma boa leitura.

Klaus de Geus e Marcelo Rodrigues Bessa
Membros do corpo de editores